

Leia neste número:

BRICS Sindical: união para vencer a crise	01
Sindicalistas apoiam Participação Social	02
Reajustes continuam acima da inflação	02
Solidariedade ao Povo Palestino	03
Jornada Mundial pelo Trabalho Decente	03
Sete anos de UGT	04
Dia Nacional da Mulher Negra Latino Americana	04
Representação sindical no serviço público	04



[Leia aqui a declaração final do BRICS Sindical](#)

BRICS Sindical: união para vencer a crise

O **III Fórum BRICS Sindical** reafirma a integração do bloco - formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – como elemento chave para combater a crise internacional e fortalecer a soberania e o desenvolvimento sustentável em cada um destes países.

O **presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah**, ressaltou que “diante da informalidade, da precariedade e da má distribuição de renda, consequência do neoliberalismo na atividade econômica nos países dos BRICS, torna-se mais do que necessária a unidade do bloco, para que não venha a converter-se em algo meramente aduaneiro ou mercantilista como se viu reduzido o Mercosul”.



“Vivemos um momento de agravamento da crise, em que nunca os ricos ganharam tanto e os trabalhadores perderam tanto. Nossa unidade é extremamente importante para enfrentar o capital e dar um basta na hegemonia de alguns poucos países, que querem nos manter tutelados, sem soberania”, afirmou o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), João Antonio Felício.

Para manter os ganhos das grandes corporações, denunciou, os trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos também estão sendo vítimas da retirada de direitos, “pois esta é a lógica do capital, que se desloca para onde pode impor sua hegemonia”.

Sobre a abertura de espaços formais à representação sindical dentro do BRICS, João Felício defendeu ser esta uma questão de justiça, uma vez que os empresários já têm o seu Conselho reconhecido. “É importante frisar que o governo brasileiro manifestou sua posição em favor dos trabalhadores, mas é necessário que seja reconhecido pelos cinco governos”, acrescentou.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, os BRICS representam uma importante alternativa à lógica excludente ditada pelos países capitalistas centrais que, em crise, tentam se manter à base do aumento da exploração das economias periféricas. Com aproximadamente 40% dos habitantes e 15% do PIB mundial, lembrou o líder cutista, o bloco precisa ser fortalecido com a participação dos trabalhadores, a fim de que haja crescimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.

A vice-presidente da central chinesa ACFTU, Shiping Zhang, esclareceu que o objetivo do evento é fortalecer ações pelo desenvolvimento sustentável e pela inclusão social: “lutamos contra o capitalismo e o Banco Mundial”.

“A definição de uma agenda comum é para que tenhamos voz”, disse o secretário geral da central sul-africana COSATU, Zwelinzima Vavi, acrescentando que isso significa batalhar “contra as disparidades, o desemprego, a desigualdade e a degradação ambiental”.

O presidente da central russa FNPR, Mikhail Shmakov, enfatizou que o sucesso do enfrentamento está intimamente ligado à atuação unitária do movimento sindical. “Vamos compartilhar nossas visões e construir uma plataforma base em defesa do salário, do emprego e dos direitos”, propôs.

Dirigente da central indiana CITU, Suresh Kumar ressaltou o papel da solidariedade da classe trabalhadora neste momento de confronto aberto com as transnacionais e o sistema financeiro. “Mais do que nunca, precisamos demonstrar que a classe operária é internacional”, concluiu. (Leonardo Severo para CSI-CSA)

Sindicalistas apoiam Participação Social

Em debate realizado na sede nacional da UGT, na tarde do dia 24, sindicalistas manifestaram apoio ao decreto que institui a Política Nacional de Participação Social. Desde quando foi promulgado, no dia 23 de maio de 2014, pela presidente Dilma Rousseff, o decreto de número 8.243 tem sido motivo de questionamentos por parte de parlamentares do Congresso Nacional, que apresentaram projeto para anular seus efeitos.

Para o **presidente da UGT, Ricardo Patah**, o decreto é importante instrumento de capilaridade das demandas de políticas pública que atendam as áreas da saúde, educação, transporte, habitação, segurança, entre outras.

“Esta política Nacional de Participação Social, possibilita a todos segmentos da sociedade essa importante oportunidade, lembrando que democracia é muito mais do que votar e ser votado”.



O debate contou com a presença do Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Pedro de Carvalho Pontual, que esclareceu para os sindicalistas os principais pontos do decreto falando desde o processo de elaboração, passando por suas principais implicações.

Para o diretor da Secretaria da Presidência a celeuma contra o decreto, tem sido provocada por total desconhecimento e ignorância do conceito que ele traz. “Os setores conservadores alegam que estão sendo criados os conselhos populares, e em momento algum o decreto trata disso. Os Conselhos de Participação Social incluem a participação de vários setores da sociedade (movimentos populares, acadêmicos, empresários, trabalhadores, entre outros) para a construção de políticas públicas”, afirmou Pontual.

Ele explicou que o decreto conceitua alguns requisitos mínimos para o bom funcionamento dos conselhos. Outro ponto positivo é que o decreto também cria o Sistema Nacional de Participação Social, que tem como objetivo articular e integrar as ações dos novos conselhos aos já existentes. No âmbito da relação federativa propõe a criação de um Compromisso Nacional de Participação Social. Segundo Pontual, 11 estados e mais de 40 municípios já assinaram esse compromisso.

“É preciso que os sindicalistas se mobilizem para garantir a implementação deste decreto que é uma conquista para toda a sociedade. Ele interessa ao mundo do trabalho, pois possibilita aos sindicatos participarem de forma mais efetiva apontando alternativas de políticas públicas, finalizou Pedro Pontual.

Ao longo do debate, sindicalistas também enfatizaram a necessidade de criação de novos Conselhos como de Combate às Drogas, Justiça do Trabalho e ainda a inserção em áreas onde os trabalhadores não estão representados como é caso Copom (Conselho de Política Monetária). *(Joacir Gonçalves, Imprensa UGT/ Fotos: FH Mendes)*

Reajustes continuam acima da inflação

Trabalhadores brasileiros estão conquistando reajustes acima da inflação, aponta Dieese

O balanço anual dos pisos salariais do Brasil, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) apontou que os valores de 2013 tiveram uma variação R\$ 678,00, valor do salário mínimo do período, e R\$ 3.600,00, o que representa uma média de R\$ 879,04 ou 9% de aumento.

Os dados, realizados pelo nono ano consecutivo, analisam os pisos salariais definidos em convenções acordos e coletivas fechadas em 2012, comparando com as mesmas negociações feitas em 2013 em 685 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural em todos os estados da federação.

O estudo aponta também que 95% das unidades pesquisadas conquistaram reajuste acima da inflação para os pisos salariais.

Das unidades pesquisadas, cerca de 27% definiram um valor único de piso salarial nos seus acordos ou convenções coletivas, o que contatou ligeira queda se comparado a 2012, em que esse número chegou a 28%. *(Fábio Ramalho – imprensa UGT com informações de agências)*



[Clique aqui e confira a íntegra do Decreto](#)



[Para ver a íntegra do estudo divulgado pelo DIEESE](#)

Solidariedade ao Povo Palestino

As centrais sindicais brasileiras emitiram nota de solidariedade ao Povo Palestino.

Assinada por **Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores** e pelos presidentes da CUT, Força Sindical, CTB e Nova Central, a nota repudia a violência contra os palestinos:

“O mundo assiste, aterrorizado, mais uma onda de violência perpetrada pelo Estado de Israel contra a população palestina da Faixa de Gaza. Os bombardeios e a invasão terrestre pelas forças armadas de Israel já resultaram em centenas de mortes civis – fundamentalmente crianças e mulheres indefesas – e a destruição da já precária infraestrutura urbana de Gaza, onde vivem mais de 1,7 milhões de palestinos.”

Diante dos “horrores ocasionados pela ofensiva israelense” as centrais brasileiras “condenam duramente mais esta agressão contra o povo palestino, e exigem um imediato cessar-fogo e a retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma, inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil”.

A **Confederação Sindical das Américas (CSA)** também condenou a violenta resposta do Governo de Israel.

Assinada pelo secretário geral da entidade, a nota da CSA lembra que “a resposta desproporcionada de Israel aos bombardeios palestinos envolveu quase mil toneladas de bombas sobre um território estreito, amplamente povoado e desprovido qualquer infra-estrutura para resistir a esses ataques que destroem milhares de casas e aprofundam a situação de emergência dos serviços de saúde; educação e água, e de outras atividades vitais para a população civil de Gaza. Mais de 20 mil pessoas foram deslocadas de seus locais de vida e de trabalho”.

E continua: “o movimento sindical das Américas conclama os governos da região a expressar sua condenação a esta nova agressão ao povo palestino e a promover uma imediata ação internacional para deter a violência contra a população de Gaza e exigir o estabelecimento da responsabilidade do governo de Israel por sua conduta criminosa contra o povo da Palestina”.

A Confederação Sindical das Américas pediu à suas entidades afiliadas que se pronunciem na condenação de Israel.

Jornada Mundial pelo Trabalho Decente

O mundo se lançou num caminho insustentável. Um grande número de trabalhadores e trabalhadoras se enfrenta com a insegurança em seu trabalho e maiores níveis de desigualdade são registrados.

A metade das famílias trabalhadoras experimentou o desemprego ou uma redução na jornada de trabalho nos últimos dois anos, enquanto 1,2 milhões de pessoas subsistem na mais extrema pobreza. Os direitos fundamentais de ter uma representação sindical e da negociação coletiva estão sendo ameaçados em muitos países e recebendo ataques diretos em outros países. Os empregadores querem sufocar o direito de greve, colocando em dúvida décadas de reconhecimento legal deste direito fundamental da OIT.

São muitos os governos que, na atualidade, não protegem os trabalhadores e que não conseguem construir um futuro sustentável para as próximas gerações.

O modelo econômico global dominante está destruindo o emprego e devastando o planeta. Isso enfraquece a democracia e sufoca a justiça para todos. O movimento sindical internacional é a força mais potente capaz de defender a democracia e de lutar pela democracia e por um futuro sustentável.

No dia 7 de Outubro - Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, sindicatos do mundo inteiro vão organizar manifestações, atividades nos locais de trabalho, ações públicas e uma multiplicidade de eventos em apoio à justiça para os trabalhadores e trabalhadoras e pela justiça climática

Juntos poderemos reforçar o poder dos trabalhadores e trabalhadoras, organizarmos e mobilizarmos para pedir contas para os políticos e as empresas, e para transformar o falido sistema econômico atual em um que traga a prosperidade para todos em um planeta sustentável.

Sharam Burrow

Secretária geral da Confederação Sindical Internacional (CSI)



Saiba mais sobre a
Jornada Mundial pelo
Trabalho Decente



Sete anos de UGT

Neste mês de julho, em que a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** completa sete anos de fundação e luta pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou os números de 2013 sobre a filiação sindical, números que mostram que a UGT é a entidade sindical que mais cresce no país.

Durante este período, a UGT, que nasceu da união de três centrais e com o apoio de sindicatos independentes, mostrou que é possível fazer um movimento sindical diferenciado, moderno e combativo, que luta pelas causas que envolvem as questões ligadas ao capital/trabalho, mas que também está preocupado com a sociedade em geral e que contribui para a elaboração de políticas públicas que beneficiam toda a população.

“Quando lutamos por uma sociedade mais justa, por melhoria na qualidade de vida para a população e pela construção de políticas públicas eficientes para áreas como mobilidade urbana, saúde ou educação, estamos lutando pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora, pois tudo está ligado”, explica Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

Os dados divulgados pelo TEM mostram que a UGT detém a representatividade de 11,92% dos trabalhadores – dados de 2013 e que continuam crescendo em 2014. Segundo os dados divulgados, a CUT obteve o índice de 34,39%. Seguida pela Força Sindical, com 12,59%, UGT com 11,92%, CTB com 9,33%, Nova Central com 8,01%. *(Fábio Ramalho – imprensa UGT)*

Dia Nacional da Mulher Negra Latino Americana



Centrais celebram o dia planejando grande Marcha

Em comemoração ao **Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha**, celebrado na data de hoje, 25 de julho, **Ana Cristina dos Santos Duarte e Veralucia Silva**, da Secretaria Nacional para Assuntos da Diversidade Humana da UGT participaram da reunião de lançamento da Marcha das Mulheres contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.

A Marcha, pré-agendada para acontecer em Brasília/DF no dia 13 de maio de 2015, Dia Nacional da Denúncia ao Racismo, está sendo organizada por Dirigentes sindicais do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) e pelas secretarias nacionais de assuntos relacionados ao tema das 6 centrais sindicais (a UGT, CGTB, CTB, CUT, FS, NCST). *(Giselle Corrêa, da UGT)*

Representação sindical no serviço público

As Centrais Sindicais reuniram-se no Seminário de Representação Sindical dos Servidores Públicos num grande e amplo debate sobre a representatividade atual dos servidores públicos.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, disse que a central tem com muita clareza, desde sua fundação, que estas questões encontram situações de muita adversidade. “Mas que os trabalhadores não devem se curvar às práticas antissindicais, e disse que as discussões como a de hoje mostram que em conjunto, as centrais tem capacidade para lutar pelos interesses dos funcionários públicos de todo o país”.



Segundo o **secretário Adjunto de Relações Internacionais da UGT, Wagner José de Souza**, que coordenou as mesas de discussões, ao final do encontro houve consenso entre os participantes quanto a unicidade sindical na representação da categoria, no que tange às esferas de atuação, federal, estadual e municipal. “Já no que diz respeito a categorização de Ramo e de Setor, as discussões ainda deverão ser mais aprofundadas”.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos